



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1501, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, informações sobre as ações da Polícia Federal no combate ao desmatamento ilegal; a proteção a unidades de conservação; e os compromissos assumidos pelo Brasil na Cúpula de Líderes sobre o Clima.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, informações sobre as ações da Polícia Federal no combate ao desmatamento ilegal; a proteção a unidades de conservação; e os compromissos assumidos pelo Brasil na Cúpula de Líderes sobre o Clima.

Nesses termos, pergunta-se:

1. Quais são, ou foram, as investigações da Polícia Federal (PF) sobre a exploração ilegal de madeira ocorrida no âmbito da Operação Handroanthus GLO na Amazônia e quais as ações realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para auxiliar essa operação?
2. Como a Instrução Normativa Conjunta do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conversação da Biodiversidade (ICMBio) nº 1, de 12 de abril de



SF/21053.56011-19 (LexEdit)

2021, auxiliará no combate ao desmatamento ilegal na Amazônia? Por que os ambientalistas temem que a INC seja mais uma ferramenta para flexibilização do desmatamento na Amazônia? O que o MMA tem feito para proteger a Amazônia e amenizar os conflitos com os defensores da floresta e seus recursos?

3. O que o MMA tem decidido acerca das centenas de metros cúbicos de madeira ilegal apreendidas pela Polícia Federal? Qual tem sido a destinação dada a essa madeira? Qual a posição do MMA a esse respeito?
4. Qual será o montante de recursos destinado para operações de fiscalização ambiental na Amazônia nos próximos anos, considerando o corte de 35,4% do orçamento total do MMA em 2021? E para a Amazônia Azul?
5. Quais as ações atuais para a proteção ambiental e conservação dos demais biomas e ecossistemas do Brasil?
6. Quais são as razões contrárias expostas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), à inclusão do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, da Área de Proteção Ambiental em seu entorno e da Reserva Biológica do Atol das Rocas no leilão de exploração de petróleo? O MMA foi consultado sobre os riscos ambientais de tal exploração? O MMA se manifestou a respeito? Qual a posição do MMA frente às alegações de danos irreversíveis aos ecossistemas em questão?
7. Qual o diagnóstico dos programas e ações do governo federal para o cumprimento da meta de redução a zero do desmatamento ilegal

e de redução em 43% das emissões de gases de efeito estufa até 2030, assumidas pelo Brasil na Cúpula de Líderes sobre o Clima? Quais estratégias serão adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente para garantir que essas marcas sejam atingidas?

8. Na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira, o Governo Federal também se comprometeu a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, e restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, metas que não foram apresentadas pelo Presidente da República na última Conferência do Clima. Essas metas seguirão? Quais serão as estratégias para atingi-las?

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, na Cúpula de Líderes sobre o Clima, o Brasil assumiu vários compromissos como zerar o desmatamento ilegal até 2030 e a redução da emissão de gases do efeito estufa.

Todavia, serão necessárias várias ações do governo federal para cumprir essas metas. O combate ao desmatamento deve ser feito de maneira dura, com o apoio da Polícia Federal para eliminar as quadrilhas que agem na grilagem de terras, no desmatamento ilegal e na venda de madeira ilegal.

Além disso, é hora de avançarmos na proteção de outros biomas. Um deles são os corais existentes na costa do país. Os corais são um dos mais importantes “sinks” (sumidouros) de carbono na natureza, dada a produção de um esqueleto de carbonato de cálcio e que sofrem o fenômeno de “branqueamento” ao redor do mundo que leva à morte desses organismos. Desse modo torna-se necessário aumentar a defesa do Parque Nacional Marinho de Fernando de

Noronha, da Área de Proteção Ambiental em seu entorno e da Reserva Biológica do Atol das Rocas, que protegem várias espécies de corais.

Sala das Sessões, de de .

Senadora Mara Gabrilli
(PSDB - SP)

